



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Para além da “comida-mercadoria”: reflexões a partir da educação ambiental crítico-transformadora

Andreisa Damo¹

Elisabeth Brandão Schmidt²

Pablo Ángel Meira Cartea³

Resumo: No modo de produção capitalista, o caráter de mercadoria da comida prevalece sobre a sua propriedade de manter a vida e gerar saúde. A prevalência do “alimento-mercadoria” implica relações não sustentáveis do ponto de vista socioambiental. Para suprir demandas mercadológicas, o alimento vem sendo cada vez mais empobrecido nutricionalmente, enquanto é acrescido de inúmeros poluentes e aditivos prejudiciais à saúde através da produção convencional, processamento e industrialização. Romper com essa lógica, no processo mesmo em que engendramos uma outra sociedade pautada em relações, de fato, sustentáveis, é campo de luta da Educação Ambiental crítico-transformadora. Este artigo tem por objetivo refletir sobre alguns aspectos que possam ser importantes para compreendermos a necessidade de alterarmos profundamente a forma como nos alimentamos, em favor de nossa própria saúde e do ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Alimentação. Saúde.

Beyond “food as goods”: reflections based on critical-transforming environmental education

Abstract: In the capitalist mode of production, food is seen as goods, rather than as nourishment that keeps life and generates health. The prevalence of “food as goods” implies non-sustainable

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG com período sanduíche na Universidade de Santiago de Compostela - Espanha. Bolsista Capes. E-mail: andreisafdamo@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental - PPGEA e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEdu da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: elisabethschmidt@furg.br

³ Doutor em Ciências da Educação. Professor pesquisador da Universidade de Santiago de Compostela - Espanha. Membro do Grupo de Investigación en Pedagogía Social e Educación Ambiental (SEPA). E-mail: pablo.meira@usc.es

relations in a socio-environmental point. In order to meet market demands, food has gotten poorer and poorer in terms of nutrition since several pollutants and harmful additives have been added to it by conventional production, processing and industrialization. The struggle of critical-transforming Environmental Education is to break this logic and develop a different society based on really sustainable relations. This paper aims at reflecting upon some issues which may be important to understand the need for deep changes in the way we eat so that our health and our environment can benefit from them.

Keywords: Environmental Education. Food. Health.

Introdução

Em janeiro de 1972, o conselho municipal de Los Angeles decide *plantar* novecentas árvores de plástico ao longo das principais avenidas da cidade. São invocados bons argumentos: na atmosfera poluída da cidade, resistirão melhor do que as árvores *verdadeiras* e, pelo menos, aquelas – um fato confirmado – não perdem as folhas no Inverno⁴ (OST, 1995, p. 3, grifos do autor).

Qual o sentido de “plantar” árvores incapazes de remover poluentes atmosféricos, regular o clima ou abrigar vida enquanto vivem? Qual o sentido de comer comida poluída, contaminada e não nutritiva enquanto enriquecemos algumas corporações? Junto a Ost, filósofo, jurista e dramaturgo belga, questionamos: “O que é que nos choca nestas histórias de árvores reduzidas a simples artificios?”. Ante a artificialização da comida, refletimos: Até que ponto estamos à sombra desta grande árvore de plástico, e ingerindo seus frutos postiços?

É absurdo pensar que árvores de plástico possam ser boas substitutas para as de carbono. A comida hegemônica, forjada no marco da indústria alimentícia e do agronegócio com a “Revolução Verde”, em uma sociedade pautada nos avanços da técnica, na conversão do produto do trabalho em mercadorias, e na busca incansável por lucro, é insalubre e insustentável nas relações que a sua produção, distribuição e consumo desencadeiam no ambiente.

A alimentação é uma demanda basilar aos seres humanos. Essencial é-nos também viver em um ambiente saudável. E, no entanto, a comida vem sendo destruída em sua estrutura e propriedades, ao ser convertida em mercadoria, deixando de ser coerente com as necessidades humanas por saúde e bem estar.

As problematizações, levantadas neste artigo, intentam produzir uma compreensão da alimentação humana como fenômeno histórico-social a partir da perspectiva crítico-transformadora de Educação Ambiental. Essa abordagem desvela alguns aspectos da

⁴ Este fato é citado por François Ost em referência ao relato original publicado no periódico Times, na data de oito de fevereiro de 1972.

sociedade vigente que têm contribuído globalmente para a degradação da qualidade alimentar, enquanto alienam a possibilidade histórica da sustentabilidade ética e estética nas relações em sociedade e com os demais elementos do meio.

A educação ambiental crítico-transformadora e as contradições da produção hegemônica de alimentos

Entendemos a Educação Ambiental como o campo de práxis cujo esforço comunicativo e formativo é alertar e atentar os sentidos humanos (emancipá-los), acionando o pensamento a compreender a necessidade de transformarmos as inúmeras relações não sustentáveis que estabelecemos em sociedade e com a natureza, numa perspectiva dialética que possibilite compreender o fenômeno de investigação como parte de uma totalidade contraditória. Assim, estaremos orientados em direção a práticas transformadoras, comprometidas com a qualidade do ambiente e da vida humana.

As relações da ordem mundial vigente vêm deteriorando a qualidade do que ingerimos, em razão de interesses comerciais associados à comida. Alimentos empobrecidos nascem de relações socioambientais defasadas. Assim, a luta pela alimentação de qualidade é também luta por um ambiente nas mesmas condições.

Logo, a Educação Ambiental comprometida em educar sobre os riscos à saúde associados ao consumo de alimentos quimicamente poluídos e nutricionalmente empobrecidos e suas implicações socioambientais é fundamental para que as pessoas possam buscar formas alternativas de alimentar-se. Tal comprometimento tem por base a “utopia concretizável”, esperança freireana de que é possível transformar as condições que são adversas à experiência humana no mundo. Como ensina o educador:

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. [...] O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. [...] Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, p. 30, 1979).

Enquanto a produção de comida estiver vinculada aos interesses das grandes corporações, não haverá liberdade a produtores e consumidores. É necessário engendrarmos relações sustentáveis cujo pressuposto seja o trabalho que realiza e não aliena, a comida que nutre e não adoce. Ignorar as causas socioambientais que levam ao desenvolvimento de doenças e continuar insistindo em soluções paliativas e provisórias, no

âmbito da saúde, é esquecer que nosso compromisso é com os seres humanos e o meio e não com manutenção de capital alheio à saúde de ambos.

Essa cegueira social da qual falamos vem ao encontro do que, de certa forma, afirma McGee (1986, p. 120-121) ao considerar que:

Enfartes, câncer e outras doenças degenerativas surgiram entre nós e parece que somos incapazes de compreender sua causa ou sua prevenção. Nosso sistema médico evoluiu no sentido de tratar as doenças à medida que aparecem. Não foi feito quase nada para mudar os fatores ambientais negativos envolvidos.

Com isso, o autor nos alerta para o fato de que a abordagem em saúde precisa ser redirecionada, no sentido de entender as causas ambientais que levam ao desenvolvimento de muitas doenças “modernas”, e não continuar sua prática arbitrária de caráter meramente remediativo. Compreender a(s) causa(s) concretas para o surgimento de doenças e a sua permanência - o que sugere uma abordagem preventiva em saúde - é fundamental para produzirmos nossas vidas com mais qualidade.

A produção hegemônica de alimentos (agronegócio e indústria alimentícia), fundada nas relações sociais do modo de produção capitalista, vem degradando a qualidade dos alimentos que são disponibilizados para consumo, retirando deles, nos processos de refino e processamento, muitos elementos benéficos à saúde, e incluindo na sua produção/industrialização, substâncias prejudiciais. Na produção capitalista, o alimento, como mercadoria, é alienado em seu valor de uso para as reais demandas da humanidade.

Marx elabora o conceito de mercadoria na primeira parte de *O Capital*, explicando o duplo aspecto que a mesma possui: “ela é ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca. Isto é, destina-se a atender a uma necessidade humana (valor de uso), mas sua principal destinação, no capitalismo, é o mercado, no qual se realiza seu valor de troca” (SANDRONI, 1999, p. 383).

Basicamente, na sociedade capitalista todos os produtos tendem a ser mercadorias. Como confirma Marx (1985, p. 42), “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza”.

“A mercadoria é, acima de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1985, p. 41). A mercadoria possui tanto valor de uso quanto valor de troca. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1985, p. 42). O valor de uso é o aspecto qualitativo da mercadoria, diz respeito às

propriedades das coisas que lhes conferem a qualidade de ser útil à satisfação de uma necessidade humana. É por isso que, “o valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo” (MARX, 1985, p. 42).

No modo capitalista de produção,

põem-se de lado os valores de uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. [...] Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor de uso (MARX, 1985, p. 44).

O capital faz dominar na mercadoria o valor de troca, alienando o seu valor de uso. A mercadoria é produzida para ser trocada, e, portanto, deve ser algo útil; caso contrário ninguém se interessaria em obtê-la (SANDRONI, 1999). Há, porém, na sociedade capitalista uma forte distorção do sentido de utilidade do que é produzido pelo trabalho humano, fazendo com que inúmeras “necessidades” sejam forjadas para manter as trocas constantes de mercadorias, alimentando continuamente o consumismo.

O desenvolvimento tecnológico que caracterizou a modernidade tornou possível o domínio da mercadoria, com a conseqüente degradação da qualidade alimentar, justamente por que o uso da tecnologia e do saber, apesar da neutralidade que alguns ingênuos lhe atribuem, tem um direcionamento bem articulado com os interesses do sistema agroalimentar industrial.

Em *Comida e Sociedade* (2003) lemos algumas implicações das transformações globais nos padrões alimentares. A indústria, além do contexto da guerra que produziu comida instantânea, de fácil preparo, e mecanismos para conservar alimentos

foi o fator decisivo que influenciou mudanças na alimentação contemporânea. As técnicas de conservação dos alimentos, as conquistas da microbiologia, o desenvolvimento dos transportes são todos aspectos de um processo mais geral: o da industrialização da produção e da distribuição da alimentação (CARNEIRO, 2003, p. 101-102).

A moderna indústria de alimentos impulsionou a substituição da comida fresca, processada e preparada em casa por produtos industrializados. Inicialmente isso se deu pela necessidade de assegurar, aos consumidores, alimentos seguros do ponto de vista microbiológico, evitando contaminações por agentes infecciosos. Posteriormente, no entanto, a indústria de alimentos foi completamente absorvida por interesses mercadológicos, sobrepondo à segurança alimentar a demanda por lucro. Integra hoje, em parceria com o agronegócio, o poderoso complexo agroalimentar financeiro cujo centro de

poder são as grandes corporações que dominam o mercado e o conjunto de relações de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Se, como constata Carneiro (2003, p. 102-103),

por um lado, a indústria e as novas tecnologias da alimentação foram um processo histórico de racionalização, industrialização e funcionalização da alimentação, por outro, as consequências negativas da industrialização também começaram a ser denunciadas: contaminação ambiental com embalagens e garrafas plásticas, uso de aditivos químicos, padronização dos gostos alimentares, controle oligopólico dos mercados, relações comerciais desvantajosas para os países periféricos.

A Educação Ambiental crítico-transformadora atua para superar a naturalização cultural da degradação, imposta pelas leis de mercado. Compreender como o senso comum representa o fenômeno da alimentação, sua própria dieta habitual frente a um mundo de condicionantes, é essencial para produzirmos respostas coletivas na contrapartida do modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos, o qual tem mostrado inúmeras opressões nas relações não sustentáveis que lhe caracterizam organicamente.

“O sistema de produção alimentar é um campo de batalha, embora poucas pessoas tenham se dado conta da quantidade de baixas” (PATEL, 2008⁵, p. 24-25). Tal sistema “não somente coloca os agricultores do lado mais fraco dos abusos de poder. Os consumidores também estão sujeitos ao poder que possuem as corporações sobre o mercado” (PATEL, 2008, p. 26).

Enquanto os agricultores podem identificar mais diretamente a opressão e a exploração a que são submetidos sob as relações enfermas da ordem vigente de sociedade, modificando suas práticas na contrapartida da agricultura industrial e seus pacotes produtivos escravizadores, os consumidores podem tensionar a modificação do mercado, através de suas escolhas alimentares. Para tal, é preciso reverter a idolatria aos supermercados e à comida industrializada, aproximando-nos de produtores que forjam comida de forma sustentável. Evitar a Coca-Cola, mas consumir Pepsi não é uma direção acertada. “É uma liberdade pop, uma escolha açucarada” (PATEL, 2008, p. 26). É reformar, ao invés de transformar.

Precisamos ressignificar nossas representações da comida. Pensá-la como elemento vital na vivência complexa de um ambiente saudável. É o que já estão buscando alguns grupos e movimentos, como o Slow Food, na direção de transformar o modelo produtivo e de consumo hegemônicos.

⁵ Tradução livre do espanhol para o português.

O movimento Slow Food foi fundado em 1989, para segundo afirmam, “contrariar a fast food e a fast life, impedir o desaparecimento das tradições gastronômicas locais e combater a falta de interesse geral pela nutrição, as origens, os sabores e as consequências de nossas escolhas alimentares”. Hoje em dia conta com o apoio de mais de 100.000 pessoas em todo o mundo, e sua filosofia estende-se às chamadas Slow Cities e os Restaurantes KM0. Nestes restaurantes se opta pela cozinha elaborada com produtos de temporada, de hortas locais em defesa da biodiversidade (ARTO-BLANCO; MEIRA-CARTEA, 2012, p. 92).

Isabel Carvalho (2008, p. 3) ressalta, com base no Slow food, um movimento cultural ecologicamente orientado para uma “alimentação sem pressa”, em contraposição à loucura global da vida apressada e à disseminação da comida industrializada e dos fast food, que a educação do gosto está ligada

à defesa da biodiversidade das espécies comestíveis e dos saberes culinários tradicionais, ambos fortemente vinculados à agricultura familiar. Como se pode observar entra na pauta Slow uma agenda de proteção a um patrimônio de bens biológicos, sociais e culturais em risco de extinção. Tomada nesta perspectiva, a gastronomia como um direito humano já nasce em profunda sintonia com o movimento ecológico.

Essa forma de educar compreende que “o gosto pelos alimentos, como muitas outras preferências, não é natural, e sim aprendido” (ORNELLAS, 2003, p. 274). É cultura, e como tal, pode ser transformado. A história, como possibilidade, permite avaliar o existente e romper com “determinismos” socialmente construídos.

Vivemos um processo crescente de globalização dos hábitos alimentares que tende a destruir a diversidade cultural-gastronômica (preferências e modos de preparar alimentos, ingredientes e suas combinações, alimentação como identidade do existir em grupo), num processo que põe também à deriva a diversidade biológica (perda de sementes crioulas, monoculturas, base alimentar incidindo sobre um pequeno grupo de espécies comestíveis). É por estas questões que a problemática da alimentação é essencialmente ambiental.

Alterar o paradigma atual da produção, distribuição e consumo de alimentos é processo comum ao que objetiva transformar a insustentabilidade das relações sociais e ecológicas, tendo a vida e a saúde da vida como foco, e não o mundo das mercadorias, que faz prevalecer as relações entre coisas.

Representações ingênuas a respeito da dieta alimentar contribuem para reproduzir o modelo vigente de produção de alimentos, pois impõem barreiras à compreensão crítica de que a agricultura convencional e a indústria alimentícia não têm compromisso com a saúde e a liberdade de produtores e consumidores, mas com seu próprio faturamento.

Os problemas ambientais não ocorrem ao acaso, mas estão atrelados a aspectos de base histórico-social. Nosso desafio, enquanto educadores ambientais, é investigar quais

são e de que forma atuam, de fato, estes nexos, a fim de promovermos a formação de cidadãos aptos a organizar-se para superá-los e substituí-los por vínculos que interagem proativamente, e não destrutivamente com o ambiente.

A base energética sobre a qual se sustenta a produção atual de alimentos, altamente dependente de combustíveis fósseis não renováveis, vai à contrapartida do princípio de sustentabilidade ambiental.

[...] boa parte dos alimentos que consumimos sofrem processos de transformação, envase e conservação cada vez mais exigentes em termos energéticos. Os envases, por exemplo, nem sempre servem para uma melhor conservação dos alimentos ou para favorecer um consumo mais racional e sustentável dos mesmos. Em muitos casos são desnecessários e somente obedecem a fins publicitários e de marketing (ARTO-BLANCO; MEIRA-CARTEA, 2012, p. 89).

Uma produção de alimentos amplamente poluente, que patrocina a degradação ambiental, ao mesmo tempo em que não consegue alimentar saudavelmente as populações, deve ser problematizada. Urge pensar modelos alternativos de produção não dependentes de energias limitadas, com nível reduzido de impactos socioambientais, guiada pelos princípios da ética e da sustentabilidade, que valorizam o trabalho do produtor, o cuidado com a saúde e com os sistemas naturais que sustentam a produção. Este modelo, na contrapartida do agronegócio, é a agroecologia.

Existem diferenças abismais em questão de valores, princípios, técnicas e interesses da produção agroecológica em relação ao modelo convencional de produção de alimentos, o agronegócio. A agroecologia é compreendida como uma ciência ideologicamente ancorada à produção histórica de uma outra sociedade não mais baseada no acúmulo de riquezas, mas sim na realização dos seres humanos, principalmente por meio das relações de trabalho criativo, e no suprimento das necessidades reais da humanidade, como o de ter à disposição para consumo alimentos saudáveis, produzidos sem ônus social e ambiental.

Quando a lógica societária se desenvolve sobre uma estrutura não sustentável de relações, colocando os valores de mercado acima da ética, concluímos que o caminho da degradação da saúde é o mesmo da degradação do ambiente. Não se pode separar um fenômeno do outro. É por isso que é essencial compreender as implicações da forma atual hegemônica de produção, distribuição e consumo de alimentos, para que possamos fazer algo em benefício de nossa saúde. Portanto, vincular dieta alimentar à degradação ambiental é um campo profícuo de estudo e ação da Educação Ambiental crítico-transformadora.

O modo vigente de produção de alimentos não atua com prioridade na vida, na saúde e na sustentabilidade, a não ser, sendo sustentável para si próprio. A degeneração do caráter estético do alimento significa a degradação de sua qualidade (estrutura e propriedades), pois implica alienar seu valor de uso para sobrepor-lhe valor de troca, relação puramente intencional e desejável ao capital, embora seja alheia à saúde comum.

A perda da qualidade dos alimentos relaciona-se tanto ao aspecto nutricional, quando se reduzem ou eliminam, por refino ou processamento (industrialização), determinados nutrientes essenciais para a boa saúde humana, quanto à poluição química, com a exposição a agrotóxicos, fertilizantes, hormônios, antibióticos e outras substâncias danosas ao organismo, aderidas durante a produção agropecuária e industrial de alimentos.

Os aditivos alimentares largamente empregados pela indústria são agregados aos produtos para aumentar seu “tempo de prateleira”, compensar ou simular perdas das propriedades naturais dos alimentos (gosto, aroma, cor, textura, nutrientes). “Estas substâncias são misturadas para atingir certos objetivos comerciais e frequentemente são usadas porque são mais baratas que as fontes de alimento natural que substituem” (MCGEE, 1986, p. 136).

Encontramos, nas prateleiras dos supermercados, alimentos artificiais, processados, refinados, contendo em sua composição inúmeras substâncias químicas, as quais muitas vezes estão associadas ao surgimento de enfermidades, alergias, intoxicações em humanos, devido à rejeição do organismo a estes componentes. (MCGEE, 1986).

O uso indiscriminado de aditivos alimentares na comida tem intencionalidade puramente comercial. “Muitas companhias químicas têm demonstrado um verdadeiro descaso quanto à segurança pública quando há lucros envolvidos” (MCGEE, p. 136-137).

Além de consagrar os aditivos alimentares, a globalização de produtos alimentícios industrializados e das redes de comidas rápidas empobreceu a dieta das populações, e tornou global a fome oculta. Isso pode ser notado quando o organismo, embora receba um aporte elevado de alimentos altamente energéticos, é privado de nutrientes reguladores, como as vitaminas e minerais, e funcionais, como aqueles que previnem a degeneração celular, reduzem o colesterol, atuam na redução dos níveis de açúcar sanguíneo, etc.

A dieta forjada na lógica de mercado fez surgir e progredir diversas patologias associadas à ingestão equivocada ou excessiva de determinados gêneros alimentares. Já é bem reportada a associação entre o abuso de açúcares, sal, gorduras saturadas, e disfunções como obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão e demais degenerações do sistema

cardiovascular, e também alguns tipos de câncer. Como exemplificam estudos da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization - WHO) (1998), e do Fundo Mundial de Pesquisa sobre Câncer (World Cancer Research Fund – WCRF) (1997) o desenvolvimento de várias das formas mais comuns de câncer resulta de uma interação entre fatores endógenos e ambientais, sendo o mais notável deles a dieta. É impossível ignorar, portanto, a influência direta da nossa dieta alimentar na dialética da saúde-doença.

A problemática da alimentação envolve situações extremamente contraditórias. A globalização do modo capitalista de produzir, distribuir e consumir alimentos está também normalizando a coexistência entre famintos e obesos⁶, o que indica a desarmonia na qualidade alimentar em dois sentidos: o das privações e o dos excessos.

Raj Patel estuda tal contradição e afirma que “a humanidade produz atualmente mais alimentos que em toda a sua história, no entanto uma cifra superior a dez por cento da população padece de fome” (2008, p. 11). Frente a esta contradição, expressa na coexistência paradoxal da sobreprodução de comida e a fome no mundo - revelando uma lógica perversa que expressa a escassez de alimento não como um problema de disponibilidade, mas como uma questão de distribuição e acesso - Patel analisa uma outra contradição da ordem hegemônico-globalizada de produção de alimentos: “a fome destas 800 milhões de pessoas ocorre simultaneamente a outro recorde histórico: mil milhões de seres humanos hoje em dia apresentam sobrepeso” (PATEL, 2008, p. 11).

Para o autor, a fome e a epidemia de obesidade e de problemas relacionados à nutrição inadequada, que, no tempo corrente, afetam a uma parcela significativa de pessoas no mundo, são faces de uma mesma moeda:

Os obesos e os famintos estão vinculados entre si por cadeias produtivas que conduzem os alimentos desde o campo até a nossa mesa. Guiadas por sua obsessão por benefícios, as grandes corporações que nos vendem comida delimitam e condicionam nossa forma de comer e nossa maneira de pensar sobre a comida (PATEL, 2008, p. 11).

O problema da fome não tem a ver com escassez de comida no mundo, mas com a dificuldade de acessá-la e/ou a impossibilidade de comprá-la. O controle privado dos alimentos impede a sua justa distribuição, e determina que estes possam perecer nas gôndolas dos supermercados, mesmo quando pessoas vivem o sofrimento da fome e da

⁶ É importante destacar aqui, que os subnutridos podem ser tanto os famintos quanto os obesos. No primeiro caso, há a fome real, condição em que há a privação de alimentos, ou seja, inexistente um aporte mínimo de nutrientes para manter a saúde, sejam eles energéticos, reguladores, constitutivos ou funcionais. No segundo caso, embora o aporte de alimentos venha em grandes quantidades e de forma frequente, a qualidade da comida não condiz com saúde, pois há o abuso de nutrientes energéticos, ao mesmo tempo em que o organismo é privado de vitaminas, minerais e outros elementos reguladores e funcionais, configurando um estado tão pouco desejável quanto o da fome real: a fome oculta.

desnutrição. Não podemos naturalizar a injustiça extrema desta condição imposta pela máfia corporativa do ramo alimentar. Enquanto grãos são propositalmente armazenados em depósitos para forçar a subida dos preços (oferta e procura), famintos padecem uma condição degradante, desumanizadora. “A única forma de superar a fome é garantir que os direitos dos necessitados se imponham aos dos acumuladores de cereais” (PATEL, 2008, p. 127).

Na mesma linha de pensamento, Jean Ziegler denuncia em *Destruição em Massa: Geopolítica da fome*, o caráter destrutivo da agricultura corporativa capitalista, o agronegócio, expondo as condições degradantes a que são submetidos os condenados da Terra.

O autor desmistifica as elaborações ideológicas contemporâneas que velam a compreensão crítica do fenômeno da fome no mundo, naturalizando-o. Para o autor, a fome é produto da lógica opressora da sociedade do capital, e não um fenômeno fatal, com causa difusa ou indetectável. Ajuda-nos a compreender os responsáveis por tal fenômeno não natural, mas criminoso, e os duvidosos argumentos que utilizam para legitimar-se, livrar-se de culpa ou ônus, fertilizando a Terra do *status quo* vigente, enquanto envenenam e drenam os nutrientes de outra Terra possível.

A alimentação consta como direito humano no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris e posteriormente reassumido em acordos e pactos. E, no entanto, “dentre todos os direitos humanos, [...] é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta” (ZIEGLER, 2013, p. 31). Esse direito vem sendo escamoteado pelo poder corporativo das agroindústrias, dos bancos, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua regulação de mercado predatória aos países pobres, dos especuladores alimentares e dos abutres do “ouro verde”. Aqueles que fazem a destruição em massa, determinando a geopolítica da fome.

E porque, então, não fazer uma discussão acertada do problema da fome? Porque não expor as causas, entender que não precisamos de mais investimentos tecnológicos em agricultura (“desenvolvimento” rural, o “milagre” da biotecnologia na roupagem de “Segunda Revolução Verde”), mas de uma mudança política que mova para primeiro plano de ação os direitos dos necessitados?

A “Segunda Revolução Verde”, fase biotecnológica do agronegócio, continua no discurso gasto de impor-se como solução para a fome, aliada com os governos para o

“interesse nacional” e o desenvolvimento. No entanto, “igual à primeira, é um meio para remediar um problema social intratável com uma tecnologia que promete um excesso de alimentos; uma solução para a fome que, a priori, não dá lugar a nenhuma outra alternativa” (PATEL, 2008, p. 127). Não há porque produzir mais comida se a sua distribuição é falha. Reescrever a história é necessário, para que formas alternativas de produzir, distribuir e consumir alimentos sejam desejadas completamente.

Com a globalização da dieta industrializada e serializada, que provê fartura de comida nutricionalmente defasada e energeticamente vistosa a um custo mais baixo do que se pagaria para adquirir alimentos de melhor qualidade, são justamente os mais vulneráveis que padecem com a injustiça alimentar e ambiental oriunda do metabolismo em plena energia e saúde das corporações do setor agroalimentar.

Enquanto consumidores, somos encorajados a pensar que um sistema econômico baseado na escolha individual nos salvará dos males comuns da fome e da obesidade. No entanto, é precisamente a *liberdade de escolha* que originou estes males. Aqueles que podem dirigir-se ao supermercado ficam frente à possibilidade de escolher entre cinquenta marcas de cereais açucarados, meia dúzia de tipos de leite com sabor a giz, estantes de pão tão saturados de produtos químicos que nunca apodrecerão e estantes repletas de produtos cujo ingrediente principal é o açúcar (PATEL, 2008, p. 14-15; grifo do autor).

Apesar do que nos fazem pensar, nossas eleições alimentares não são livres. A imensa oferta de comida existente nos supermercados (principal local de acesso à alimentação para o morador das cidades) está repleta de aditivos danosos e ingredientes pouco nobres do ponto de vista da saúde. Isso por que: “as corporações que produzem alimentos têm todos os incentivos para vender comida submetida a um processamento que a torna mais rentável, embora menos nutritiva” (PATEL, 2008, p. 15). A oferta de comida não industrializada, fresca, nutritiva e saborosa é escassa, pouco acessível ao consumidor, ou então alternativa, comercializada em espaços específicos, como lojas de produtos naturais, feiras ecológicas e de produtores locais, por exemplo, e por esta razão é, muitas vezes, ignorada.

Nossas escolhas alimentares possuem limitações naturais e culturais, da ordem do que está disponível na natureza ou temos técnicas conhecidas para produzir, e estamos dispostos a ingerir. Porém, “incluso a isso, um pouco de publicidade pode convencer-nos a expandir o alcance de nossas opções” (PATEL, 2008, p. 15). E quando estas opções alimentares encontram-se socialmente naturalizadas, principalmente quando afetam uma geração desde o seu nascimento, como está hoje ocorrendo com as crianças que já nascem

em pleno contato com a dieta industrializada, torna-se muito difícil removê-las do ideário representativo.

A contradição da coexistência de famintos e obesos não é “normal”. Mas tendemos a normalizá-la, por que os alimentos disponíveis nos supermercados não contêm a história de sua produção registrada nos rótulos. Assombrados por prateleiras repletas, naturalizamos a fartura como global, e a fome como situação autoinfligida. No entanto, os afetados pela fome e pela obesidade e outras disfunções de base dietética só poderiam ser moralmente condenados com justiça caso fossem realmente eles próprios a produzir sua condição, ou a eleger sua comida.

Muitas pessoas representam a comida industrializada dos supermercados como inócua à saúde. Ignoram seu real caráter: a natureza de mercadoria. E assim, atestam sem saber, seu próprio adoecimento. A doença é carro-chefe dos lucros da medicina convencional de caráter remediativo e da indústria farmacêutica. Ou será que podemos nos permitir a ingenuidade de pensar que ninguém enriquece com o nosso adoecimento, e lucra com a venda dos inúmeros aditivos químicos que poluem os alimentos industrializados?

Sobre os aditivos alimentares, “quem determina se fazem mais bem que mal?”, assim como, “quem garante que haja energia barata e em abundância para transportar e combinar ingredientes que procedem de todos os rincões do mundo?” (PATEL, 2008, p. 18). Tais questionamentos fazem parte da produção crítica da consciência em torno de compreender com maior complexidade o fenômeno da alimentação, necessária para que possamos engendrar uma nova forma de produzir, distribuir e consumir alimentos, condizente com o princípio da sustentabilidade.

O caráter arbitrariamente poderoso da comida-mercadoria oculta as relações desencadeadas em sua cadeia produtiva. Seu preço e a forma como é apresentada nas prateleiras dos supermercados não refletem o que foi transformado e degradado no trajeto produtivo. As injustiças não constam nos rótulos. Estes rótulos não refletem a condição degradante do trabalho alienado, a dependência dos agricultores às imposições das grandes corporações do agronegócio e dos negócios altamente lucrativos da indústria alimentícia, e as relações desvantajosas de comércio que os submetem, e aos países periféricos ao centro de poder e decisões.

A alternativa sustentável ao modelo produtivo que metaboliza injustiças como subproduto é a agricultura agroecológica, pautada em uma base saudável de relações: respeito à natureza, trabalho criativo e comércio justo. Um modelo, alternativo ao vigente,

de produzir, transformar, distribuir e consumir alimentos deve ancorar-se nos princípios de sustentabilidade e saudabilidade. Sua compreensão, enquanto necessidade urgente de nossa sociedade tem como ponto de partida a emancipação dos sentidos humanos, de forma que possamos desejar conhecer a realidade, e compreendê-la criticamente, não como aparece, mas como de fato é, em sua forma e conteúdo específicos de relações.

Precisamos entender que, “as mesmas forças que configuram as opções dos agricultores também chegam aos repletos expositores dos supermercados” (PATEL, 2008, p. 18). Não há, assim, espaço para compreensões fragmentadas da realidade se desejamos transformar a ordem globalizada de relações que sustenta a comida-veneno, uma comida tóxica em todos os níveis de sua produção, desde o campo até a mesa.

“A abundância relativa das estantes, os aparentemente baixos preços ao caixa e a quase constante disponibilidade de alimentos são nossa compensação. [...] a comodidade mantém-nos anestesiados enquanto consumidores” (PATEL, 2008, p. 18). Admitir isso é aceitar a provocação que nos convida a repensar e modificar nossos próprios hábitos alimentares, e não somente esperar que outra produção de alimentos surja como em passe de mágica, sem que nossa contribuição dê parte.

A ganância por lucros acumula-se sobre a comida-mercadoria durante o seu trajeto do campo à mesa. Ao agricultor, cabe sempre a menor parcela da renda. Os produtos primários não têm preço justo, e os custos de produção beiram ou, de fato, são compatíveis com o endividamento, aos quais se somam limitações de ordem natural (como o clima) e a degradação dos solos devido às técnicas predatórias da agricultura industrial. Essa cadeia produtiva de alimentos tanto não é socialmente justa quanto não consegue ser saudável, nem inócua do ponto de vista ambiental e da saúde. Qual o sentido de mantê-la?

Não há ética, justiça ou sustentabilidade no fracasso existencial dos agricultores, na doença dos consumidores, na degradação do ambiente, no desperdício de comida que demandou direta e indiretamente água, energia e outros insumos para ser produzida, em razão das leis de mercado.

O controle mercantil exercido pelas multinacionais da alimentação produz uma luta de interesses entre quem produz o alimento e quem o consome; os primeiros necessitando de mais renda para continuar existindo, e os segundos, desejando pagar menos pelas mercadorias do supermercado. Enquanto divergem produtores e consumidores, os vilões permanecem obscuros por uma aparente máscara de neutralidade. De fato, quase ninguém enxerga o que ocorre do campo ao prato.

Conquistados os consumidores, apreciadores de deliciosos e diversos chocolates e cafés, diferentes variedades de maçãs e de cereais matinais, a ordem do desejo mantém o consumo estável, enquanto lucram as empresas do setor alimentício, e minam as possibilidades de tornarem-se concretas, aos agricultores, quaisquer oportunidades de renda justa e pretensões de produção alternativa. A distância entre o campo e o supermercado oculta a verdadeira face dos intermediários. A ganância destes não tem forma e não tem sabor nem cor, nem textura. Sua existência é mascarada pelos aditivos da comida.

Por uma lógica irrevogável do modo de produção capitalista, quanto maior for a grandeza do dinheiro e poder, tão maiores serão as condições para tornar estável e crescente a acumulação destes dois aspectos junto a quem os detém. Ou seja, poder só é poder, e dinheiro só faz sentido, no modo capitalista de ligações e relações, quando se encontram concentrados. A ganância por poder e riqueza de poucas corporações empobrece, adoce e desempodera o povo.

Na cadeia produtiva da comida, “o ciclo de embarque, processamento e transporte por terra através de longas distâncias requer muito capital, de modo que é necessário ser rico para participar deste jogo” (PATEL, 2008, p. 21). Ademais, a dinâmica das “economias de escala” determina que, “quanto maior for a empresa, e quanto mais se use o transporte e a logística, mais baixos serão os custos, e o negócio, mais rentável” (PATEL, 2008, p. 21). Nessa perspectiva, somente as corporações poderosas podem participar do jogo, e, as próprias regras do jogo tornam àquelas ainda mais poderosas.

O poder centralizado na mão de poucas multinacionais do setor alimentício possibilita, a estas, controle de mercado, o que é determinante sobre a cadeia produtiva da comida. Tal situação permite às corporações exercerem poder tanto sobre quem produz, quanto sobre quem consome a comida. Um controle que, por ser global, interfere nas instâncias mais particulares das relações sociais, e vice-versa.

O redirecionamento para outra forma e conteúdo de pensar a comida e de nos alimentarmos implica compreender o caráter sistêmico, globalizante da dominação imposta pelas corporações do sistema agroalimentar. Exige o conhecimento de que a comida que compramos nos supermercados tem uma história, ou seja, só pode ser compreendida do ponto de vista das ligações e relações vigentes e hegemônicas. Prima pelo entendimento de que “os interesses das empresas que produzem alimentos têm ramificações que vão muito além do que nos oferecem as estantes dos supermercados” (PATEL, 2008, p. 12).

A trajetória de um produto alimentício adquirido no mercado passa por diferentes fases: a produção, a transformação, o envase, a refrigeração, o transporte, a distribuição e a venda, o armazenamento em casa, o preparo e a eliminação dos resíduos. O trajeto entre as matérias primas originais e a forma como estas são cultivadas, extraídas ou criadas, e o final do processo é cada vez mais longo em um duplo sentido: o da distância que separa a produtores de consumidores e na quantidade de processos e agentes intermediários. Esta distância física e psicológica contribui para ocultar as derivações econômicas, sociais e ambientais da dieta, tornando-as invisíveis aos consumidores (ARTO-BLANCO; MEIRA-CARTEA, 2012, p. 88).

O supermercado é “o lugar sagrado do moderno sistema de produção de alimentos” (PATEL, 2008, p. 204). Isso porque,

uma cadeia de supermercados é um império de logística que governa e regula os feudos mais pequenos da indústria alimentícia, como o domínio do comissionista sobre o agricultor ou o do distribuidor sobre o comissionista. Com suas decisões e sua estreita supervisão em cada passo na cadeia de produtos, o departamento de compras de um supermercado pode despedir aos camponeses mais pobres da África do Sul, modificar o destino dos produtores de café na Guatemala ou transformar a produção das plantações de arroz na Tailândia (PATEL, 2008, p. 204).

A sobreprodução de comida e as demandas cada vez maiores advindas das cidades foram fatores decisivos para o surgimento dos supermercados. Estes espaços, inicialmente destinados a circular excedentes de alimentos, constituíram-se como negócio, a partir da percepção (genial, para os seus idealizadores) de que a livre escolha, pelo consumidor, das mercadorias que deseja comprar (autosserviço) é altamente eficaz para incentivar o consumo.

Os supermercados produziram-se como lugares geográfica e logicamente pensados para exacerbar o consumo. Sua estrutura é, mais do que tudo, educativa: o ensino ativo da compra impulsiva e compulsiva. O lugar onde se realiza a “soberania do consumidor”. “A ironia é que a liberdade de escolha dos consumidores nasceu em uma jaula. O que acreditamos ser a ‘liberdade sem amarras para consumir’ foi concebida para ser guiada por meio de uma malha de galinheiro” (PATEL, 2008, p. 210).

Estes espaços agregam, hoje, incrementos impressionantes em suas formas de convencer o consumidor a levar cada vez mais mercadorias para casa. Seu ambiente externo, e especialmente o interno é engenhosamente manipulado para transmitir segurança e produzir sensações agradáveis no consumidor, estimulando as compras. O tipo de música utilizada, a iluminação ambiente, as cores nas paredes, a configuração das estantes, a localização dos produtos. Tudo é pensado para fazer acontecer o consumismo.

As estratégias de marketing são cada vez mais elaboradas e trabalham sobre os consumidores no nível do desejo (impulso abstrato) e não da necessidade real. Atuam

como satisfação provisória, que em pouco tempo esvazia um consumidor já desumanizado por questões socioculturais da era contemporânea (individualismo, superficialidade e relações fragilizadas, dissolução e incerteza identitária, insegurança social), convidando-o novamente a buscar uma satisfação provisória em sua próxima compra; a exercer uma forma ilusória de “poder”, que ao parecer libertar (poder eleger o que comprar), aprisiona.

A globalização alimentar que produziu gerações de consumidores nasceu do matrimônio perfeito entre o supermercado e a comida industrializada. Fomos formatados para o consumismo, atormentados pela demanda de realizar a próxima compra. Naturalizamos nossa condição de consumidores e interiorizamos a economia de comprar mercadorias a um preço virtual e não real (que beneficia aos intermediários, e não a quem produz). É-nos, hoje, impensável conceber um mundo sem supermercado.

O consumidor é o fim e o início do ciclo produtivo da comida. Se ignora a origem do que ingere, torna-se conveniente às indústrias alimentícias e aos demais envolvidos nesta cadeia, menos para o agricultor. Este, por conhecer o que produz e como produz, pode reconhecer mais facilmente seu aprisionamento e lutar contra ele, organizando-se com os demais que estão na mesma condição.

No mundo inteiro, agricultores vêm se organizando para modificar o modelo produtivo que lhes foi imposto como falácia de progresso, facilidades, produtividade e rentabilidade, travestido de agronegócio. Compreendem que, como camponeses só poderão libertar-se da opressão que a agricultura industrial lhes impõe, por obra de suas próprias mãos, já que esperar pela conscientização moral dos opressores é inútil. E já vêm atuando, através de iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no Brasil. Nas palavras do pensador suíço Jean Ziegler, humanista contemporâneo comprometido com o projeto de um outro mundo possível:

quem conheceu um assentamento ou um acampamento do Movimento do MST do Brasil experimentou emoção e admiração. O MST tornou-se o movimento social brasileiro mais importante, defendendo a reforma agrária, a soberania alimentar, a impugnação do livre-comércio e do modelo de produção e consumo agroindustriais dominante, a promoção da agricultura de víveres, a solidariedade e o internacionalismo (2013, p. 40).

Outro exemplo emblemático do poder de organização dos trabalhadores explorados que lutam para transformar sua condição é a Via Campesina. Ziegler também lhes dedica algumas palavras:

o movimento internacional camponês Via Campesina reúne, em todo o mundo, 200 milhões de meeiros, pequenos camponeses (1 hectare ou menos), trabalhadores rurais sazonais, criadores migrantes ou sedentários e pescadores artesanais. Seu secretariado central sedia-se em Jacarta (Indonésia). A Via

Campesina é hoje um dos movimentos revolucionários mais impressionantes do Terceiro Mundo (ZIEGLER, 2013, p. 40).

O consumidor, no entanto, justamente por julgar-se livre, em geral não questiona sua condição. Urge que ocorra uma alfabetização alimentar para que ele possa compreender as implicações socioambientais daquilo que escolhe “livremente” comer.

Somos analfabetos alimentares funcionais, quando nos julgamos livres para escolher nossos alimentos. E, no entanto, elegemos somente entre o que já foi pré-selecionado para nós, pelo agronegócio e pela indústria alimentícia. Não sabemos (e em geral não queremos saber), de fato, a natureza daquilo que comemos, como e por quem o alimento foi feito, de onde veio. As estratégias de marketing nos condicionam facilmente, e o mercado é especialista em disparar nossos desejos. Assim, “quando compramos os produtos disponíveis nos estantes do supermercado, esquecemos as relações sociais que o tornaram possível” (PATEL, 2008, p. 230). E, no entanto, como seres condicionados e não determinados, não somos vítimas passivas, mas corresponsáveis pelo que comemos. Podemos fazer a escolha por desejar saber e desejar mudar.

A alfabetização alimentar é uma iniciativa, perspectiva e estratégia de educação formativa, que visa a engendrar no âmbito individual e coletivo atitudes conscientes no que tange às escolhas de consumo, que sejam sustentáveis do ponto de vista socioambiental e da saúde.

Não há transformação no nível macro sem iniciativas de base alternativa ao sistema hegemônico, que se reforçam e cooperam para tensionar as estruturas globais. O agricultor precisa unir-se aos demais, para não sentir-se sozinho contra as imposições do agronegócio, mas também precisa de uma rede de apoio formada por consumidores conscientes e engajados, que desejam um novo modelo de produzir alimentos e não somente abastecer a si próprio em uma ilha de produção ecológica.

Na condição de consumidores poderíamos repensar nossa dependência de comida industrializada. Adequado seria reduzir a quantidade de produtos alimentícios adquiridos nos supermercados ou mesmo deixar de comprar neles, e também pesquisar, buscando saber quem são e onde estão os produtores sustentáveis, estabelecendo uma relação mais direta e comprometida com eles.

Considerações finais

Pensar a alimentação como elemento vital exige o cuidado rigoroso com a sua qualidade. Demanda abordar o tema de modo formativo, e não meramente informativo, com o intuito de promover a saúde, desencadeando um processo em que os cidadãos possam também atuar como reprodutores de conhecimentos transformadores. Foi a partir deste viés que problematizamos, neste artigo, questões fundamentais em relação à alimentação e ao modo econômico vigente, fazendo emergir a Educação Ambiental Ambiental crítico-transformadora.

A perspectiva da Educação Ambiental crítico-transformadora conduz-nos a compreender que a degradação da qualidade alimentar reflete o processo de degradação das relações socioambientais, as quais deixam de ter como parâmetro central os seres humanos, sua saúde e felicidade, sendo direcionadas para a satisfação de interesses arbitrários ao anseio comum por um ambiente com qualidade. Nosso compromisso, como educadores ambientais, é o de formar cidadãos que possam compreender as possibilidades de ação individual e coletiva, valorizando e sendo agentes de iniciativas alternativas ao modo vigente de produção de alimentos. Essa será uma forma de tensionar a transformação do sistema hegemônico de relações não sustentáveis que mantêm o metabolismo do capital.

O modo de produção capitalista converte tudo em mercadoria, como o Rei Midas da mitologia grega, que, ao toque, transforma tudo em ouro. Assim o precipitado rei assinou sua própria maldição. Não poderia sequer alimentar-se, pois a um toque da pele, tudo lhe era frio, rígido e dourado. Se nosso desejo é o de experienciar o universo de possibilidades ético-estéticas de viver em sociedade, o que não tem eco na escravidão ao domínio sobrenatural da mercadoria, é preciso transformar a contradição do acúmulo de riquezas que exclui a vida, a saúde e a felicidade. Urge superar o reinado do Capital, substituindo o que hoje é vigente, em direção a outros modos de produção e consumo.

Referências

ARTO-BLANCO, Mónica; MEIRA-CARTEA, Pablo Ángel. Paisagem de família: as alterações climáticas na nossa dieta. In: MEIRA-CARTEA, P. Á. M. (Coord.). **Conhece e valoriza as alterações climáticas**: propostas para trabalhar em grupo. Versão portuguesa traduzida - tradução de Laura Blanco de la Barrera. FUNDACIÓN MAPFRE, 2012. p. 88-97.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Slow food e a educação do gosto: um movimento social sem pressa. **Revista Prâksis** – Educação e Meio Ambiente. Ano 5, vol. I, 2008. Disponível em: http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/slow_food.pdf. Acesso em 22 mai. 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção O Mundo hoje; vol. 36).

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, Vol. 1, 10. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

MCGEE, Charles. **Como sobreviver à tecnologia**: um guia para escapar dos poluentes da vida moderna. Tradução de Bettina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ORNELLAS, Liesolette Hoeschl. **A alimentação através dos tempos**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

OST, François. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do direito. Tradução de Joana Chaves. INSTITUTO PIAGET: Lisboa, 1995.

PATEL, Raj. **Obesos e famélicos**: el impacto de la globalización en el sistema alimentario mundial. Tradução de Alejandro Manara. Barcelona: Los Libros del Lince, 2008.

SANDRONI, Paulo. (Org./Sup.). **Novíssimo dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

WORLD CANCER RESEARCH FUND. Food, nutrition and prevention of cancer: A global perspective. Washington: **American Institute for Cancer Research**; 1997. p. 35-71.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The World Health Report 1998: Life in the 21st century a vision for all. Geneva: *WHO*; 1998. p. 61-111.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

*Submetido em: 27-04-2015.
Publicado em: 9-12-2015.*